

DECISÃO DO RECURSO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

Processo nº: 23343.000059.2023-17

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 111/2023, vem decidir o recurso impetrado pela empresa BUSINESS EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 04.819.296/0001-28. Inicialmente, verifica-se que foi tempestiva a sua manifestação de interesse em recorrer, de acordo com a Lei nº 10.520/2002, a Lei nº 8.666/93, o Decreto nº 10.024/2019. Houve a apresentação de contrarrazões de recurso, pela empresa A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 23.080.111/0001-50.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A legislação aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo: a manifesta tempestividade, a inclusão de fundamentação e a formulação de pedido de reforma da decisão da desclassificação de proposta da empresa ou a sua inabilitação.

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo. Os recursos cabíveis contra quaisquer atos da administração decorrentes desta licitação reger-se-ão pelo artigo 109 da Lei nº 8.666/1993. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos, bem como aqueles enviados por fax, não serão conhecidos. Recebida a petição no prazo concedido, através do ambiente eletrônico de processamento de contratações, portanto de forma tempestiva, preenchidos estão os demais requisitos legais.

DO RECURSO

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS

REFENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº12023

BUSINESS EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.819.296/0001-28, com sede na avenida Brasil, nº 3526, salas 11 e 12, bairro Santo Antônio, CEP 69.029-040 – Manaus/AM, telefones:

(92) 98170-9151 e (92) 9187-3755, endereço eletrônico: 7alincoln7@gmail.com, neste ato representada por seu responsável legal, Sr. Marlon Rocha de Oliveira, portador do documento de identidade nº 32710690 – SSP/AM e CPF 044.319.472-64, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 109, I, alínea “f”, da lei 8966/1993, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A HABILITAÇÃO E DELARAÇÃO DE VENCEDORA À EMPRESA A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS LTDA - CNPJ/CPF: 23.080.111/0001-50

conforme fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

DA SÍNTESE FÁTICA

A Recorrente participou do Pregão Eletrônico em epígrafe, sendo que, após a classificação da empresa A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS LTDA - CNPJ/CPF: 23.080.111/0001-50, constatamos, após análise dos seus documentos apresentados, que a mesma deixou de cumprir a CCT, sem não vejamos:

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas/empregadores associadas ao SEAC/MG recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de R\$ 9,18 (nove reais e dezoito centavos), por empregado, a ser recolhida em até 10 (dez) parcelas, a primeira delas vencendo no dia 10 de março de 2022, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária e orientação emanada de Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF – RE 220.700-1 - RS – DJ. 13.11.98 e decisão RE – 189.960- 3 – DJ. 17.11.2000. As empresas não associadas ao SEAC/MG recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de R\$ 12,33 (doze reais e trinta e três centavos), por empregado, a ser recolhida em até 10 (dez) parcelas, a primeira delas vencendo no dia 10 de março de 2022, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. O pagamento deverá ser efetuado através de boleto bancário a ser enviado a todas as empresas pelo SEAC/MG.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O cálculo para recolhimento da referida contribuição (número de empregados) será feito com base no número efetivo de empregados que possuir a empresa no mês de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contribuição assistencial prevista no caput é de recolhimento facultativo às empresas não associadas ao sindicato

DOS FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO PREVISTA EM LEI

Excelência, para fins didáticos, importante registrar que a Recorrente foi classificada no certame descumprindo a CCT exigida no Edital.

Anote-se que, por conta do princípio da legalidade, devidamente disposto no caput do art. 37 da Constituição Federal, a Administração Pública só pode fazer aquilo que está previsto em lei, sem excessos. Registre-se que o grande e saudoso administrativista Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 16ª. Ed-Editora Revista dos Tribunais, 1991, pág.78), já dizia que:

“Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.” (grifo nosso).

Logo, a exigência de cumprimento à Convenção Coletiva de Trabalho à qual seus colaboradores estarão vinculados deveria ser incluso em seus custos a contribuição exigida em suas Clausulas.

Frisa-se que a lei não faculta ao Administrador escolher as exigências técnicas de habilitação de acordo com sua conveniência. Enfim, ou se cumpre o que está previsto na norma ou então o instrumento convocatório estará em rota de iminente anulação por ilegalidade.

DA CORRETA UTILIZAÇÃO DA CCT RELATIVA À ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA.

A empresa vencedora utilizou em sua proposta o sindicato relativo à sua atividade preponderante para composição da planilha de custos e formação de preços e que foi indicada no Edital do pregão acima referenciado, considerando que a legislação e jurisprudência recentes destacam que a atividade preponderante do empregador é o determinante do seu enquadramento sindical e NÃO AS ATIVIDADES EXERCIDAS PELO TRABALHADOR. Nesse sentido, ao exercer a atividade econômica preponderante objeto do Edital, a empresa está automaticamente enquadrada na entidade sindical representante da categoria econômica correspondente.

Outrossim, o Acórdão nº 369/2012 do Tribunal de Contas da União determina que os órgãos devem se abster de indicar, em suas licitações, o acordo ou convenção coletiva de trabalho. O único dever da Administração Pública é exigir o cumprimento da convenção coletiva adotada pela empresa contratada. No mesmo sentido, a IN nº 5/2017, item 2.1, letra b, do Anexo VII-B, aborda a questão.

Vejamos:

“2. Das vedações:

2.1. É vedado à Administração fixar nos atos convocatórios:

(...)

b) os benefícios, ou seus valores, a serem concedidos pela contratada aos seus empregados, devendo adotar os benefícios e valores previstos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, como mínimo obrigatório, quando houver;”

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

a) o devido recebimento e processamento deste recurso, posto que tempestivo;

b) inicialmente, que seja revista a decisão de HABILITAÇÃO da empresa A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS LTDA - CNPJ/CPF: 23.080.111/0001-50 devido o não cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho indicada para que seus colaboradores estejam vinculados,

declarando inabilitada e que seja chamada a próxima empresa na ordem de classificação dando prosseguimento ao certame licitacional em tela;

c) caso mantida a decisão, sejam os autos remetidos à Autoridade Superior, nos termos do art. 109, 4º, da Lei 8.666/1993, momento em que esta Recorrente pugna pelo provimento do recurso, no sentido de INABILITAR a empresa A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA - CNPJ/CPF: 23.080.111/0001-50 no certame em epígrafe.

Nestes termos, pede deferimento.

Manaus, 06.03.2023.

Marlon Rocha de Oliveira
Representante Legal
BUSINESS EMPRESARIAL LTDA
CNPJ 04.819.296/0001-28

DAS CONTRARRAZÕES

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Ilustríssimo Senhor Pregoeiro

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

CONTRA RAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO:

A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob o nº 23.080.111/0001-50, sediada em Av. Engenheiro Humberto Monte, nº 2929, Sala 405 AS, Bairro Pici, CEP 60.440-593, Fortaleza/Ce, doravante denominado RECORRENTE, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, vem interpor tempestivamente, suas CONTRA RAZÕES ao Recurso Administrativo impetrado pela BUSINESS EMPRESARIAL LTDA.

Inscrita no CNPJ sob o nº 04.819.296/0001-28, no que concerne ao resultado relativo ao processo licitatório do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023, que declarou a empresa A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA com vencedora, o qual será dirigido à autoridade superior por intermédio de quem praticou o ato recorrido, para que mantenha sua decisão, com base nas razões de fato e de direito, que passa a aduzir, para ao final requerer:

1.0 - TEMPESTIVIDADE:

Inicialmente cumpre destacar que a RECORRENTE foi notificada do Recurso Administrativo impetrado pela licitante RECORRIDA BUSINESS EMPRESARIAL LTDA no dia 06/03/2023 (segunda feira), o prazo para a apresentação dos memoriais de conta razões começou a fluir em 04/02/2023 (terça feira), primeiro dia útil posterior a interposição das manifestações recursais. Em sendo de 03 (três) dias úteis o prazo para a apresentação dos memoriais de contra razões, cabe a recorrente praticar o presente ato até a data de 09/03/2023 (quinta feira), conforme registrado na Ata do presente pregão, e em assim fazendo restar presente o pressuposto objetivo da tempestividade.

2.0 - SINOPSE FÁTICA:

A RECORRENTE participou do processo licitatório, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, por intermédio de Se. nobre Pregoeiro, tendo apresentado sua proposta de preços e documentos de habilitação de acordo com o Edital e seus Anexos, motivo pelo qual foi declarada vencedora do certame, conforme ata do pregão:

Entretanto, para a supressa da RECORRENTE, a mesma foi notificada em 06/03/2023, da impetração do Recurso Administrativo interposto pela licitante RECORRIDA "BUSINESS EMPRESARIAL LTDA", contra o justo resultado proferido pelo Ilustríssimo Senhor Pregoeiro Oficial do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

3.0 - DA SOLICITAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO:

A RECORRIDA Irresignada com a aceitação da proposta e habilitação da RECORRENTE, insurge com alegações, de forma frágil e infundadas, quanto ao suposto descumprimento de itens do edital, no entanto tais alegações não merecem prosperar, tendo em vista que a intenção de Recurso formulada pela Recorrida não justificou com clareza quais os Itens da Proposta de Preços ou quais documentos a RECORRENTE teria deixado de cotar e ou apresentar, focando a intenção de Recursos da Recorrida apenas de forma genérica sem suspensão.

Cabe salientar que os motivos do recurso, bem como as razões apresentadas pela RECORRIDA, apenas demonstram uma conduta puramente protelatória de licitante vencida que não visa a preservar a legalidade, a isonomia do certame e a melhor proposta, mas apenas reverter em seu favor à adjudicação do objeto, sem sustentar-se em qualquer regra do ato convocatório, como será demonstrado a seguir.

A licitante RECORRIDA “BUSINESS EMPRESARIAL LTDA”, alega em síntese em seu Recurso Administrativo ao presente Pregão Eletrônico, com base nas considerações a seguir

Alega a empresa Recorrida que;

4.0 - DOS FUNDAMENTOS DAS CONTRA RAZÕES:

4.1- DAS ALEGATIVAS:

4.1.1 - DA SÍNTESE FÁTICA:

A Recorrente participou do Pregão Eletrônico em epígrafe, sendo que, após a classificação da empresa A3 LOCACAO DE MAO DE OBRA E SERVICOS LTDA - CNPJ/CPF: 23.080.111/0001-50, constatamos, após análise dos seus documentos apresentados, que a mesma deixou de cumprir a CCT, sem não vejamos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas/empregadores associadas ao SEAC/MG recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de R\$ 9,18

(nove reais e dezoito centavos), por empregado, a ser recolhida em até 10 (dez) parcelas, a primeira delas vencendo no dia 10 de março de 2022, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária e orientação emanada de Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF – RE 220.700-1 - RS – DJ. 13.11.98 e decisão RE – 189.960- 3 – DJ. 17.11.2000.

As empresas não associadas ao SEAC/MG recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de R\$ 12,33 (doze reais e trinta e três centavos), por empregado, a ser recolhida em até 10 (dez) parcelas, a primeira delas vencendo no dia 10 de março de 2022, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. O pagamento deverá ser efetuado através de boleto bancário a ser enviado a todas as empresas elo SEAC/MG.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O cálculo para recolhimento da referida contribuição (número de empregados) será feito com base no número efetivo de empregados que possuir a empresa no mês de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contribuição assistencial prevista no caput é de recolhimento facultativo às empresas não associadas ao sindicato

5.1 - DAS CONTRA RAZÕES - DA SÍNTESE FÁTICA – DA CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL:

Justifica a RECORRENTE, que as alegativas da RECORRIDA não possuem fundamentos nem sustentação legal, tendo em vista, a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, se tratar de um Contribuição Patronal como o nomenclatura já diz, custos esse que é de inteira responsabilidade de RECORRENTE, não podendo ser repassado para Administração Públicas, pois a Administração Pública não pode ser onerada por despesas que é de custo direto da empresa, conforme disciplina a AGUE e TCU.

6.00 - DO JULGAMENTO OBJETIVO

Sobre o julgamento das propostas a Lei das Licitações é bem clara quando determina em seu art. 44 que o julgamento deverá levar em consideração critérios objetivos previamente definidos no edital ou convite, sem contrariar as normas e princípios estabelecidos em Lei. Essa determinação impede a utilização de qualquer critério subjetivo não definido no edital ou outro que contrarie a Lei e os Princípios atinentes à Administração Pública. Assim obriga o referido diploma:

“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.”

A mesma Lei ainda estabelece em seu art. 45 que:

“Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com o tipo de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelo órgão de controle.”

Portanto, como observado, devem ser sempre utilizados no julgamento das propostas critérios objetivos e pré-definidos no Edital, de modo que os licitantes possam observá-los, fiscalizá-los e mais ainda, primar por sua aplicação.

Qualquer critério subjetivo que não esteja previsto no edital, por impossibilitar aos licitantes um controle sobre tais aspectos e, acima de tudo, porque tais critérios podem, na maioria das vezes, macular o Princípio da Igualdade que deve existir no julgamento das propostas, deve ser afastado por determinação da própria Lei das Licitações.

6. DO PRINCÍPIO DE VINCULAÇÃO AO EDITAL

Não resta dúvida de que as disposições editalícias devem ser seguidas tanto pelos licitantes quanto pela administração, de forma que os julgamentos e os esclarecimentos sejam sempre pautados dentro do que foi exigido pelo

edital e seus anexos, afastando qualquer ato que vá de encontro às suas cláusulas e condições.

Constata-se no caso vertente que a proposta e os documentos de habilitação da empresa Recorrente cumpriu com todas as determinações do edital, utilizou os critérios ali definidos, as formulas ali exigidas e atendeu a todas as determinações das Convenções Coletivas, quando pertinentes, no que diz respeito à composição dos valores apresentados em sua planilha de preços.

Dessa forma estando a proposta de preços e os documentos de habilitação em total conformidade com o instrumento convocatório e seus anexos estes deve ser aceitos.

“Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Hely Lopes Meirelles, com a prudência e inteligência que lhe é peculiar, definiu de forma esclarecedora o Princípio em análise, não deixando dúvidas no que diz respeito à impossibilidade da Administração Pública se afastar das normas da licitação contidas no Edital por ela mesma elaboradas:

“A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório de licitação, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas a regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.” (Grifos Nossos).

Também é bem claro ao esclarecer que a Administração não pode se afastar do modo e das condições que foram exigidos pelo Edital para elaboração das propostas e ofertas de preços, por ser tal exigência uma ofensa aos princípios licitatórios. Então vejamos:

“Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado.” (Grifos Nossos).

7. DOS PEDIDOS:

ISTO POSTO, vem a empresa

A3 LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA, respeitosamente, requerer que Vossa Senhoria que:

I - Considerando que a RECORRENTE demonstrou minuciosamente através de fatos e documentos a viabilidade da suas “CONTRA RAZÕES”. E, na certeza de que será feita à devida justiça, requer a vossa Sia., que se digne declarar a presente CONTRA-RAZÕES ao Recurso Administrativo interposto pela empresa “BUSINESS EMPRESARIAL LTDA”, PROCEDENTE mantendo e ratificando assim o resultado já proferido, enaltecendo-se e sobressaindo-se do julgamento os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade e da objetividade e vinculação ao instrumento convocatório

Nestes termos.

Pede e espera

Deferimento.

Fortaleza - Ce, , 09 de março de 202

DECISÃO DO PREGOEIRO

Transcorridos os prazos de recurso e de contrarrazões de recurso, diante das informações apresentadas no recurso impetrado pela empresa, o Pregoeiro e a equipe de apoio, acompanhados do Setor demandante, analisaram o Edital e seus Anexos, além do Aviso do Compras.gov.br, com o objetivo de tomar uma decisão conforme os princípios legais e constitucionais da licitação, dentre os quais a legalidade, impessoalidade, isonomia e demais ditames presentes no ordenamento.

Primeiramente cumpre esclarecer que todos, público e, principalmente, as empresas participantes, tiveram ciência anterior ao edital de licitação, bem como declararam ciência e aceitaram todas as condições do edital e seus anexos. Caso a empresa não concordasse com os termos estabelecidos no instrumento convocatório, poderia tê-lo impugnado de forma tempestiva, requerendo a sua modificação e republicação, caso tivesse alguma motivação.

Vê-se que a EMPRESA RECORRENTE objetiva a revisão da decisão que classificou a proposta da EMPRESA RECORRIDA, ao fundamento de que teria havido, de parte do Pregoeiro, equívoco na avaliação de seu conjunto documental referente à confecção da planilha de formação de preços e composição de custos, notadamente no que toca à cotação do item “contribuição assistencial patronal”. Não é o caso, todavia. De fato, a Convenção Coletiva de Trabalho indicada como referência para a construção dos preços referenciais da licitação prevê, em sua cláusula quinquagésima sexta, a contribuição assistencial patronal; todavia, a

Consolidação das Leis do Trabalho, em seu art. 587, reconhece a facultatividade de o empregador recolher a aludida contribuição. No caso em tela, desde que não cotado, pelo proponente, o referido custo, é de se presumir a sua opção pelo não recolhimento. Ademais, o Anexo II - Memória de Cálculo, do Edital, contém orientação no sentido de que o recolhimento, em conformidade com a legislação, é uma faculdade do empregador. Ora, em não sendo do alvedrio da empresa, eventualmente empregador, levar a efeito tal contribuição, descabe à Administração a adoção de quaisquer medidas tendentes a coagi-lo a tanto.

(Informa-se que os documentos aludidos nesta peça decisória encontram-se disponíveis para consulta no seguinte endereço eletrônico: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-administracao/compras-e-licitacoes/150-pregao-eletronico/5659-pregoes-eletronicos-2023-ifsuldeminas-uasg-158137>).

Portanto, as decisões tomadas no processo licitatório estão de acordo com a legislação vigente, conforme indicado nas razões acima, devendo, por isso mesmo, ser improvido o recurso oposto à decisão do Pregoeiro.

Pouso Alegre-MG, 14 de março de 2023

João Carlos Ferreira

Pregoeiro